

Parte 2 - Reflexões a partir das práticas

5 - Educação ambiental e infância: valores construídos no diálogo

Cristiane Magalhães Bissaco

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

BISSACO, CM Educação ambiental e infância: valores construídos no diálogo. In: BONOTTO, DMB., and CARVALHO, MBSS., orgs. *Educação Ambiental e valores na escola: buscando espaços, investindo em novos tempos* [online]. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016, pp. 106-118. ISBN 978-85-7983-762-3. Available from: doi: [10.7476/9788579837623](https://doi.org/10.7476/9788579837623). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/85fqc/epub/bonotto-9788579837623.epub>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

PARTE 2
REFLEXÕES A PARTIR DAS PRÁTICAS

5

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E INFÂNCIA: VALORES CONSTRUÍDOS NO DIÁLOGO

Cristiane Magalhães Bissaco

Introdução

Os tempos atuais retratam uma sociedade que clama pela preservação e utilização consciente do meio ambiente e de seus recursos, bem como pelo desenvolvimento da afetividade nas relações interpessoais. Isto é, integramos uma sociedade que “necessita forjar personalidades autônomas e críticas, capazes de respeitar a opinião dos demais e de defender os seus direitos, ao mesmo tempo” (Busquets et al., 1997, p.38).

Em consonância com essas necessidades, a Educação Ambiental (EA) surge na década de 1960 com o intuito de direcionar um olhar às “preocupações com as perdas da qualidade ambiental” (Tozoni-Reis, 2008, p.1). Busco, por meio das discussões envolvendo a temática ambiental, compreender “os atuais padrões da relação sociedade-natureza”, assim como da relação sociedade-sociedade (Silva; Carvalho, 2007, p.1).

Nessa mesma direção, Pardo-Díaz (2002) argumenta que a educação é a chave para renovar os valores sociais, desenvolvendo uma consciência e um comprometimento que possibilitem a mudança desde as pequenas atitudes individuais até a participação e o envolvimento na resolução dos problemas mundiais. Ainda, Gonçalves (2011) afirma que não há setor do agir humano em que “ocorram lutas e reivindicações que o movimento ecológico não seja capaz de incorporar” (Gonçalves, 2011, p.12).

Cabe destacar que o meio ambiente é assegurado aos cidadãos pela Constituição Federal, art. 225, a seguir:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (Brasil, 1988, p.146)

Ora, se compete à “coletividade o dever de defender e preservar o ambiente ecologicamente equilibrado”, é papel da escola promover espaço para a discussão e conscientização dos educadores e dos aprendizes.

No país, a implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (Brasil, 1998), documento produzido com base na Lei de Diretrizes e Bases – LDB (Brasil, 1996), conforme Loureiro (2004), definiu os temas transversais em função da relevância social, urgência e universalidade da saúde, ética, pluralidade cultural, orientação sexual e meio ambiente. Por meio desse documento estava se constituindo um corpo metodológico bastante estruturado em relação à EA, revelando-se em várias instituições educacionais uma estrutura disciplinar portadora de indagações próprias, de problemáticas particularizadas, de projeção paradigmática (Cascino, 1999).

A partir das discussões possibilitadas pelos PCNs torna-se evidente que a questão ambiental tratada nos processos educativos deve abarcar diversos campos do saber e, portanto, possuir caráter interdisciplinar, justamente porque diz respeito ao “modo como a sociedade se relaciona com a natureza” (Gonçalves, 2011, p.139), sendo preciso entender que as relações sociais são mediadas, simbolicamente, por meio de “normas, valores e objetivos histórico-culturalmente instituídos e instituintes” (idem, p.138).

Cabe destacar que a EA não é tarefa exclusiva do Ensino Fundamental e Médio, cabendo esse trabalho também à Educação Infantil. As discussões possibilitadas por essa prática devem ter início desde a mais tenra idade, decorrendo daí a fundamental ideia de que a criança seja envolvida numa prática educativa sobre a temática ambiental.

Meu interesse em promover a junção entre a EA e a Educação Infantil (EI) se deve ao fato de atuar, há seis anos, como diretora de escola de EI no município em que resido e me questionar constantemente sobre as práticas associadas aos projetos de EA que tentávamos implementar. Entendi que tal prática pedagógica (EA) deve contemplar três dimensões propostas por Carvalho (1999, 2006): os conhecimentos, os valores éticos e estéticos, a participação política.

Entretanto, antes de aprofundar minha discussão sobre a criança envolvida nos processos educacionais que permitem a reflexão sobre a temática ambiental, cabe, aqui, entender que o conceito de infância que prevalece desde 1989, ano em que foi assinada a Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU, é de que

crianças são sujeitos dotados de direitos, incluindo o de expressar sua vontade e de participar da sociedade.

Segundo Tonucci (2005, p.16), a criança é “uma pessoa titular de direitos, com uma maneira própria de pensar e de ver o mundo”, devendo a escola “propor as experiências sobre as quais será possível fundamentar seus saberes, seus conhecimentos e suas habilidades”. Nesse sentido, a Política Nacional de EI aponta que “atualmente emerge uma nova concepção de criança como criadora, capaz de estabelecer múltiplas relações, sujeito de direitos, um ser sócio-histórico, produtor de cultura e nela inserido” (Brasil, 2006, p.8).

Também a Resolução CNE/CEB nº 05/09, em seu artigo 8º, destaca como objetivo principal da EI promover o desenvolvimento integral das crianças de 0 a 5 anos de idade, garantindo a cada uma delas o acesso a processos de construção de conhecimentos e à aprendizagem de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e interação com outras crianças (Brasil, 2009).

Desse modo, me apoio em concepções de desenvolvimento que consideram as crianças nos seus contextos sociais, ambientais, culturais e, mais concretamente, nas interações e práticas sociais que lhes fornecem elementos relacionados às mais diversas linguagens e ao contato com os mais variados conhecimentos para a construção de uma identidade autônoma.

Decorre dessa argumentação a ideia deste texto, que é a de possibilitar o entrelaçamento entre a EA e a criança. A discussão aqui apresentada se pauta por uma concepção de educação que cria condições para a transformação dos indivíduos em seres mais conscientes de suas ações, seres críticos e autônomos, para que, nas palavras de Santos e Jacobi (2011, p.265), se construa “uma sociedade mais justa e equilibrada ecologicamente”.

Diálogo: a criança e a temática ambiental

Parto do pressuposto de que a criança é um ser histórico, social e político, “que encontra no outro parâmetros e informações que lhe permitem formular, questionar, construir e reconstruir o espaço que a cerca”, sendo a linguagem relevante nesse contexto (Santos; Leonor, 2011, p.207).

Sarmento (2005, p.371), pautado na Sociologia da Infância, distingue infância e criança, sendo a primeira uma “categoria social do tipo geracional” e a segunda o “sujeito concreto que integra essa categoria geracional e que, na sua existência, para além da pertença de um grupo etário próprio, é sempre um ator social que pertence a uma classe social, a um gênero etc.”.

Educar na infância significa propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural.

O entrelaçamento entre a EA e a criança vem sendo destacado por diversos autores, tais como Lima Ribeiro e Profeta (2004) e Rodrigues (2011). Este último destaca “as importantes sinergias possíveis entre a Educação Ambiental e a Educação Infantil” (Rodrigues, 2011, p.169), entretanto, o autor se apoia em Ruffino (2003) para apontar que um problema deve ser enfrentado: o fato de a maioria dos professores na EI ainda trabalhar com abordagens mais tradicionais de EA, o que muitas vezes remete a uma prática não significativa para o aprendiz. Tal informação me leva a compreender a EA na EI como espaço do diálogo, da experiência, da sensibilização e do desenvolvimento de posicionamentos críticos.

Nessa esteira, é fundamental compreender que, em práticas socioculturais concretas (como brincar com os companheiros, investigar aspectos do ambiente que instigam a curiosidade, realizar atividades de autocuidado, apreciar uma apresentação musical, desenhar, participar da recontagem de contos de diferentes tradições, encenar uma história, antecipar formas de escrita, e muitas outras), as crianças mobilizam seus saberes e suas funções psicológicas – afetivas, cognitivas, motoras, linguísticas – ao mesmo tempo que os modificam (São Paulo, 2007, p.18).

Embora sejam muito relevantes as reflexões sobre as práticas de EA na EI, os dados obtidos por Carvalho (2010) permitem apontar algumas áreas silenciadas nos trabalhos apresentados no Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental (Epea), entre elas os processos formativos para o trabalho com a temática ambiental voltados à EI e ao EJA (Educação de Jovens e Adultos). Os apontamentos do autor me levam a pressupor que haja, também, uma escassez na produção acadêmica voltada ao entrelaçamento entre EA e EI.

Cabe informar que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009, em seu artigo 3º, concebe “o Currículo da Educação Infantil como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico”, de forma que se promova seu desenvolvimento integral (Brasil, 2009). Isto é, por meio desse documento, que possui caráter mandatório, há uma orientação para que o patrimônio ambiental seja articulado com as crianças da EI. Cabe ressaltar, ainda, que esse documento orienta a política de formação de professores e a política de planejamento e avaliação na EI, verificando práticas

educacionais organizadas, intencionalmente planejadas e permanentemente avaliadas, o que também é proposto por Carvalho (2006, p.26), pois a EA deve ser uma “prática intencionalizada e coerente”.

O papel dos valores

Ao considerar, para a EI, a necessidade do trabalho com “práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico” (Brasil, 2009), retomo a proposta de Carvalho (1999, 2006) ao afirmar que o trabalho com a EA deve contemplar três dimensões (conhecimento, valores éticos e estéticos, participação política), pois reconheço que aquela proposta comunga diretamente com as Diretrizes (Brasil, 2009), já que em seu artigo 6º ficam evidentes os princípios norteadores das propostas pedagógicas de EI, sendo eles:

- a) éticos (autonomia, responsabilidade, cooperação, respeito ao bem comum, ao meio ambiente, às diferentes culturas, identidades e singularidades);
- b) políticos (direitos de cidadania, exercício da criticidade, respeito à ordem democrática);
- c) estéticos (sensibilidade, criatividade, liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais).

Nesse recorte, os princípios apontados nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a EI (Brasil, 2009) estão associados diretamente aos valores que quero construir junto a essas crianças, em especial os princípios éticos de autonomia, cooperação e respeito ao meio ambiente, bem como a valorização de uma vida participativa, destacada na sequência.

De tal modo, compreenda-se por autonomia a capacidade que a criança adquire para assumir iniciativas e alcançar gradativamente independência em relação ao adulto; por cooperação entenda-se a capacidade que a criança consegue alcançar para aceitar estratégias de interação solidárias com parceiros em seu ambiente (Garms, 2005, p.186).

Nesse sentido, Bonotto (2008) ressalta a presença do que chama “valores ambientalmente desejáveis”, junto aos princípios presentes no “Tratado de educação global para sociedades sustentáveis e responsabilidade global”, elaborado pela sociedade civil e apresentado durante a ECO-92 (Viezer; Ovalles, 1994

apud Bonotto, 2008, p.298), que implicam a relação dos indivíduos entre si e com os outros seres com os quais compartilham o planeta. Entre esses princípios, estão: a) a valorização da vida; b) a valorização da diversidade cultural; c) a valorização de diferentes formas do conhecimento; d) a valorização de uma sociedade sustentável; e) a valorização de uma vida participativa.

Neste texto, apesar de meus ideais estarem intimamente ligados a todos os valores ambientalmente desejáveis elencados anteriormente, intenciono destacar a reflexão apresentada pela autora com relação à construção de uma sociedade mais justa no que diz respeito aos aspectos sociais e ambientais, despontando “valores como responsabilidade, solidariedade, cooperação e diálogo, possibilitando a todos a participação em um processo democrático e autônomo nessa construção” (idem, p.299).

Sobre o trabalho com valores, essa autora apresenta três dimensões a serem articuladas em uma proposta educativa: a cognição (no que diz respeito às reflexões); a afetividade (relativa ao envolvimento afetivo); a ação (vivência em situações reais). Tais dimensões devem ser levadas em consideração nos momentos da ação direta do educador com a criança, pois é por meio delas que os valores podem adquirir significado e serem levados à vida real.

Ainda nessa esteira, Bonotto, no mesmo texto, destaca a valorização estética da natureza a ser construída como um caminho a trabalhar com os educandos, o que poderia contribuir, intensamente, “para a construção de uma nova forma de relação ser humano-natureza” (idem, p.299).

Entre os possíveis caminhos a serem propostos nessa perspectiva valorativa, Alberto (2007) afirma que para a criança pequena, na faixa etária de 3 a 6 anos, o contato com a natureza é importante e necessário, principalmente para construir valores sobre o meio ambiente.

Arruda e Fortkamp (2003) ressaltam que a EA e o contato com a natureza desde a infância são imprescindíveis para a construção de valores e de cidadania, isto porque, quanto mais novos forem os aprendizes expostos a esse processo de aprendizagem, maiores as possibilidades de formar com eles o respeito à vida.

A necessidade de uma sensibilização por meio do contato homem-natureza também vem sendo destacada por Marin (2009, p.63):

As discussões da estética permitem uma importante reflexão para a Educação Ambiental no que diz respeito às perdas de contato com a concretude nos grandes centros urbanos, que significam também perda de contato com a natureza e o lugar habitado, em função da disseminação das hiper-realidades e proliferação dos não lugares, que dessensibilizam cada vez mais o ser humano.

Oliveira e Vargas afirmam ser necessário “resgatar e estimular novos sentidos de percepção do ambiente, buscando a reintegração do homem com seu meio”, ressaltando o importante papel de um “processo educativo-ambiental que leve o ser humano a perceber-se como ser integrante e corresponsável pelo ambiente” (Oliveira; Vargas, 2009, p.313).

A partir dessas autoras, ficam evidentes as ricas possibilidades para o professor de EI investir em atividades externas, através de ações como “tocar plantas, cheirar folhas, sentir o solo com os pés, ouvir os sons da mata” (idem, p.318), que estimulem a criança sensorialmente por meio de atividades, de maneira a propiciar nela o desenvolvimento de um sentimento positivo em relação ao meio ambiente. Esse pode ser um trabalho que possibilite a abertura para o diálogo entre os educandos, levando-os à construção de valores e de sentidos (Vygotsky, 1987).

O papel do professor

Ao considerar todas essas reflexões, retomo a figura do educador, imprescindível para a concretização de práticas que incorporem os aspectos ressaltados. De acordo com Rossetti-Ferreira et al. (1998), as atividades coordenadas pelos professores são recursos para a criança desenvolver conhecimentos, valores, habilidades e construir uma imagem de si mesma.

Minha preocupação é a de que os valores não sejam impostos, e sim construídos por meio de uma ação colaborativa e dialógica, posto que entendo a educação moral com o objetivo prioritário de construir personalidades autônomas (Puig, 1998a). Não quero enquadrar as crianças em determinados padrões morais, e concordo com Nucci (2000, p.85), que propõe conduzir as crianças para que saibam se posicionar diante de escolhas e dilemas, ou seja, que elas desenvolvam a habilidade de utilizar-se de um “ponto de vista moral crítico”.

Ainda em relação à transferência ou não de valores por parte do professor, Mulder (2010) questiona em um contexto de ensino superior o *slogan* “pratique o que você prega”. O autor discute que os professores não devem pregar/transferir valores para os seus alunos pela autoridade de sua posição, seus argumentos não precisam ser convincentes, precisam simplesmente propiciar que os alunos construam os próprios argumentos. Diante disso, ele ainda traz como questão: “Quais afirmações de valor são aceitáveis, quais não são?”. Tal questionamento me leva a uma discussão importante: “Posso ensinar valores sem prescrevê-los?”.

Degasperi (2012), pautada em estudiosos da área, aponta a EA como uma contribuição para a transformação da relação sociedade-natureza. Sua pesquisa enfoca o conteúdo valorativo, reconhecendo a necessidade de refletir sobre os

valores que regem essa relação. Para isso, apoia-se no importante papel do diálogo e das enunciações na aprendizagem e formação humana, bem como para a produção de sentidos. Fazendo uma abordagem qualitativa, a autora investiga as práticas de professores que participaram de um curso de formação continuada voltado à EA e ao trabalho com valores, procurando identificar a abordagem utilizada e também alguns dos sentidos produzidos nessas práticas. Constatou-se assim um trabalho explícito com valores, através de atividades com procedimentos específicos para o trabalho nessa dimensão, assim como por meio de diálogos na intencionalidade dos enunciados dos professores. Cabe informar que, embora Degasperi (2012) identifique práticas de professores do Ensino Fundamental II, suas discussões se fazem relevantes também para as práticas pedagógicas destinadas à criança.

Logo, a educação que proponho aqui é permeada pelo diálogo e visa à autonomia do educando em relação aos valores, ou seja, cria condições para que o sujeito saiba julgar criticamente a realidade, sendo o diálogo e a autonomia “condições básicas para construir formas de convivência pessoal e coletiva mais justas” (Puig, 1998b, p.21). Cabe ainda destacar que uma proposta dialógica de ensinar-aprender traz consigo a prática do respeito mútuo, da cooperação e, principalmente, da reflexão crítica.

Tal processo educativo articulado encontra respaldo em Jacobi (2005, p.246), que privilegia o diálogo e a interdependência de distintas áreas do saber, já que o exercício da cidadania se baseia em práticas interativas e dialógicas visando à construção da autonomia e da liberdade responsável e desenvolvendo “ações de integração social, conservação do ambiente, justiça social, solidariedade, segurança e tolerância, as quais constituem preocupações da sociedade atual”.

Davis e Oliveira (1990) declaram que, dentro da visão vygotskyana, é na interação professor-aluno e aluno-aluno que o conhecimento e as formas de expressá-lo se constroem e se transformam. Assim, a aprendizagem é fruto de um trabalho integrado, no qual o conhecimento é construído de forma interacional, por meio do uso da linguagem, o que entendo como mediação da aprendizagem.

As questões de ensino-aprendizagem e de linguagem apresentadas anteriormente devem permear as práticas valorativas voltadas à temática ambiental com a criança, isto porque, como apontado por Duhn (2012), dentro de uma perspectiva teórica de infância é fundamental que os educandos assumam postura crítica para trabalhar questões sobre sustentabilidade ecológica – local e global –, ou seja, que sejam sujeitos engajados.

Algumas considerações finais

Este texto abordou o entrelaçamento entre a EA e a EI, discutindo, por meio de nosso arcabouço teórico, que a criança pode e deve ser exposta às sensibilizações e problematizações ambientais no contexto escolar desde os primeiros anos. Isto é, desde o desenvolvimento de sua linguagem oral ela é capaz de participar em assembleias e manifestar os valores que atribui a fatos e ideias.

Assim, fica evidente que entendo as crianças como participantes, oferecendo-lhes “tempo para pensar, para interagir, para se relacionar e para estabelecer conexões”. As crianças são, no nosso entendimento, agentes sociais ativos, por isso as colocamos “no centro do processo”, garantindo que estejam envolvidas em seu próprio processo de aprendizagem. As crianças são construtoras de significado, posto que “extraem sentido do seu mundo” (Kinney; Wharton, 2009, p.23).

Referências bibliográficas

- ALBERTO, P. G. *Educação Ambiental e Educação Infantil numa área de proteção ambiental: concepções e práticas*. Rio Claro, 2007. 196p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista.
- ARRUDA, V. L. V.; FORTKAMP, E. H. P. Educação Ambiental na Educação Infantil: alegrias e desafios. In: GUIMARÃES, L. B. et al. (Orgs.). *Tecendo subjetividades em educação e meio ambiente*. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2003. p.141-58.
- BONOTTO, D. M. B. Contribuições para o trabalho com valores em Educação Ambiental. *Ciência e Educação*, Bauru, v.14, n.2, p.295-306, 2008.
- BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil* – Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Brasília: MEC, CNE/CEB, 2009.
- _____. *Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de 0 a 6 anos à educação*. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto (MEC); Secretaria de Educação Básica (SEB), 2006.
- _____. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI)*. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental (SEF); Ministério da Educação e do Desporto (MEC), 1998.
- _____. *Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)*. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- _____. Casa Civil. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Senado Federal, 1996.

- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BUSQUETS, M. D. et al. *Temas transversais em educação: bases para uma formação integral*. São Paulo: Ática, 1997. [Série Fundamentos, 138.]
- CARVALHO, L. M. de. A pesquisa no campo da formação e do trabalho docente relacionado com a temática ambiental. In: DALBEN, A. et al. (Orgs.). *Coleção Didática e Prática de Ensino – Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente: Educação ambiental, educação em ciências, educação em espaços não escolares e educação matemática*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010. p.67-88.
- _____. A temática ambiental e o processo educativo: dimensões e abordagens. In: CINQUETTI, H. S.; LOGAREZZI, A. (Orgs.). *Consumo e resíduos: fundamentos para o trabalho educativo*. São Carlos: EdUFSCar, 2006. p.19-41.
- _____. Educação e meio ambiente na escola fundamental: perspectivas e possibilidades. *Projeto – Revista de Educação*, Porto Alegre, v.1, n.1, p.35-9, 1999.
- CASCINO, F. *Educação Ambiental: princípios, história e formação de professores*. São Paulo: Senac, 1999.
- DAVIS, C.; OLIVEIRA, Z. *Psicologia na educação*. São Paulo: Cortez, 1990.
- DEGASPERI, T. C. *Educação Ambiental e valores: diálogos e sentidos construídos nas práticas de professores de Ensino Fundamental*. Rio Claro, 2012. 321p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista.
- DUHN, I. Making “Place” for Ecological Sustainability in Early Childhood Education. *Environmental Education Research*, Londres, v.18, n.1, p.19-29, fev. 2012.
- GARMS, G. M. Z. Trabalho diversificado no cotidiano da Educação Infantil. In: GUIMARÃES, C. M. (Org.). *Perspectivas para a Educação Infantil*. Araraquara: Junqueira & Marin, 2005. p.181-203.
- GONÇALVES, C. W. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 2011.
- JACOBI, P. R. Educação Ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.31, n.2, p.233-50, maio/ago. 2005.
- KINNEY, L.; WHARTON, P. *Tornando visível a aprendizagem das crianças: Educação Infantil em Reggio Emilia*. Trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- LIMA RIBEIRO, M. de S.; PROFETA, A. C. N. A. Programas de Educação Ambiental no Ensino Infantil em Palmeiras de Goiás: novos paradigmas para uma sociedade responsável. *REMEA*, Rio Grande, v.13, p.125-39, jul./dez. 2004.
- LOUREIRO, C. F. B. *Trajatória e fundamentos da Educação Ambiental*. São Paulo: Cortez, 2004.

- MARIN, A. A. A percepção no *logos* do mundo estético: contribuições do pensamento de Merleau-Ponty aos Estudos de Percepção e Educação Ambiental. *Interações*, n.11, p.48-66, 2009.
- MULDER. Don't Preach. Practice! Value Laden Statements in Academic Sustainability Education. *International Journal of Sustainability in Higher Education*, v.11, n.1, p.74-85, 2010. Disponível em: www.emeraldinsight.com/doi/pdfplus/10.1108/14676371011010066. Acesso em: 13 abr. 2016.
- NUCCI, L. Psicologia moral e educação: para além de crianças “boazinhas”. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.26, n.2, p.71-89, jul./dez. 2000.
- OLIVEIRA, T. L. de F.; VARGAS, I. A. de. Vivências integradas à natureza: por uma Educação Ambiental que estimule os sentidos. *REMEA*, Rio Grande, v.22, p.309-22, jan./jul. 2009.
- PARDO-DÍAZ, A. *Educação Ambiental como projeto*. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- PUIG, J. M. *A construção da personalidade moral*. São Paulo: Ática, 1998a.
- _____. *Ética e valores: métodos para um ensino transversal*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998b.
- RODRIGUES, C. Educação Infantil e Educação Ambiental: um encontro das abordagens teóricas com a prática educativa. *REMEA*, Rio Grande, v.26, p.169-82, jan./jul. 2011.
- ROSSETI-FERREIRA, M. C. et al. (Orgs.). *Os fazeres na Educação Infantil*. São Paulo: Cortez, 1998.
- RUFFINO, S. F. *A Educação Ambiental nas escolas municipais de Educação Infantil de São Carlos – SP*. São Carlos, 2003. 109p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Metodologia de Ensino, Universidade Federal de São Carlos.
- SANTOS, A. P. dos; LEONOR, M. F. F. Recreação/Educação Infantil: transição e frutos. In: KRAMER, S. et al. (Orgs.). *Infância e Educação Infantil*. 11.ed. São Paulo: Papyrus, 2011.
- SANTOS, V. M. N.; JACOBI, P. R. Formação de professores e cidadania: projetos escolares no estudo do ambiente. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.37, n.2, p.263-78, maio/ago. 2011. Disponível em: www.scielo.br/pdf/ep/v37n2/v37n2a04.pdf. Acesso em: 13 abr. 2016.
- SÃO PAULO [Município]. *Orientações curriculares: expectativas de aprendizagem e orientações didáticas para Educação Infantil*. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo; Secretaria Municipal de Educação; Diretoria de Orientação Técnica, 2007.
- SARMENTO, M. J. Gerações e alteridade: interrogações a partir da Sociologia da Infância. *Educação e Sociedade*, Campinas, v.26, n.91, p.361-78, maio/ago. 2005.

SILVA, L. F.; CARVALHO, L. M. A temática ambiental e o processo educativo: o ensino de Física a partir de temas controversos. *Ciência & Ensino*, v.1, n.esp., p.1-12, nov. 2007. Disponível em: http://prc.ifsp.edu.br/ojs/index.php/ciencia_eensino/article/viewFile/152/105. Acesso em: 13 abr. 2016.

TONUCCI, F. *Quando as crianças dizem: agora chega!* Porto Alegre: Artmed, 2005.

TOZONI-REIS, M. F. de C. *Educação Ambiental: natureza, razão e história*. 2.ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

VYGOTSKY, L. S. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.